

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE ECONOMIA

Zeferino Jordão Gemo

Abril, 2011

Declaração

Declaro por minha honra que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação.
Este é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.

Maputo, aos ____ de _____ 2011

(Zeferino Jordão Gemo)

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com ____ valores no dia _____ por nós membros do júri, examinadores da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

Dr _____

(O presidente do Júri)

Dr _____

(O arguente)

Dr _____

(O Supervisor)

Análise dos determinantes da inflação em Moçambique (2000-2010)

Zeferino Jordão Gemo

Trabalho de Diploma

Apresentado á Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane em cumprimento dos requerimentos para a candidatura ao grau

Licenciatura em Economia

Maputo, Abril de 2011

Índice

Resumo	2
Lista de Tabelas.....	3
Lista de gráficos.....	4
Capítulo I: Introdução	4
1.1 Nota introdutória.....	4
1.2 Questão de pesquisa.....	5
1.3 Motivação.....	5
1.4 Objectivos.....	6
1.5 Delineamento	7
Capítulo II: Enquadramento teórico	9
2.2 Conceitos de inflação.....	10
2.3 Tipos de inflação.....	11
Capítulo III: Contexto histórico da inflação em Moçambique	15
Capítulo IV: Evolução da inflação em Moçambique e seus determinantes	20
4.1 Introdução.....	20
4.2 Perspectivas da inflação.....	27
Capítulo V: Conclusões e recomendações	30

Resumo

O presente trabalho, tem como objectivo geral identificar e analisar os determinantes da inflação em Moçambique, no período de 2000 a 2010. Fazendo análise dos indicadores macroeconómicos desde 1995 até 2010, desintegrando-se o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), indicador usado, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), como medida de inflação em Moçambique e analisar a sua dinâmica, isto é, os motivos das suas flutuações.

Do estudo, concluiu-se que, a medição da inflação agrupa-se em dois períodos distintos: o primeiro em que não se fixava meta, e que, inicialmente era baseado nos produtos alimentares oferecidos na cidade de Maputo e que posteriormente foi revisto, passando a contemplar os três maiores centros urbanos e económicos de Moçambique; e o regime de metas de inflação, tanto a nível nacional, bem como no contexto regional da SADC, tendo conseguido atingir a meta nacional, mas falhado a regional. E, a inflação em Moçambique, é superiormente dominada pela componente de bens alimentares devido ao seu peso no indicador, 53.98% no IPC, portanto o que representa maior peso na inflação, acabando por influenciar todo comportamento do indicador.

Lista de tabelas

Tabela 1: Evolução desintegrada da taxa de inflação (2000-2009)

Tabela 2: Desintegração evolutiva do IPC como medida de inflação em Moçambique

Lista de gráficos

Gráfico 1: Evolução da Taxa de Inflação

Gráfico 2: Evolução da contribuição percentual ao IPC

Gráfico 3: Comparação da Inflação verificada com a meta permanente da SADC

Capítulo I: Introdução

1. 1 Nota Introdutória

A inflação em Moçambique, desde a fundação da primeira república até os dias que correm, tem sido uma *pedra no sapato* dos moçambicanos. O seu processo de medição experimentou várias fases, na busca de um modelo que reflecte melhor os determinantes da inflação em Moçambique, um indicador macroeconómico que afecta a estabilidade macroeconómica do país.

Após a independência do regime colonial português em 1975, Moçambique viveu dois períodos distintos de produção económica: a economia centralmente planificada (1977-1985) e a economia de mercado (1986-1994). No primeiro período pós-independência (1977-1985), a economia moçambicana caracterizou-se pelo abandono das regras de mercado direccionadas da sua forma de produção e pela concentração de produção sob forma planificada. O segundo período (1986-1994) foi marcado pelo abandono da produção sob forma planificada e pela volta ao modo de produção capitalista. Esta transição exigiu profundas reformas na economia moçambicana no final da década 80 e, principalmente, durante a primeira metade dos anos 90. O final da Guerra civil dos 16 anos em 1992 exigiu das autoridades políticas moçambicanas a adopção de planos de reajuste macroeconómicos direccionados à transição para economia de mercado.

Uma vez consolidado o processo de estabilidade política e iniciada a transição para um estado democrático no país, a estabilidade macroeconómica passou a ser a prioridade para o desencadeamento do início do crescimento económico. Na literatura económica, estudos sobre a estabilidade macroeconómica têm sido associados à evolução dos preços e taxas de câmbios e juros. Normalmente, países com elevadas taxas de inflação (dois dígitos) apresentam expectativas de crescimento reduzidas, uma vez que o rápido e contínuo crescimento dos preços produz efeitos negativos na projecção do crescimento. Inflação alta dificulta a criação de expectativas favoráveis do crescimento entre os agentes económicos, criando um clima de incerteza quanto ao futuro. Em um ambiente de incerteza sobre o futuro, verifica-se um aumento do risco dos investimentos, o que desencadeia um aumento nas taxas de juro.

1.2 Questão de pesquisa

Dado que, no contexto da integração regional, o comportamento da inflação afecta outras variáveis macroeconómicas (crescimento económico, taxa de juro, etc), mostra-se necessário verificar e analisar os determinantes da inflação e até que ponto os mesmos podem ser controlados de modo a melhorar o desempenho da inflação e, conseqüentemente, de outras variáveis macroeconómicas com vista a estabilidade macroeconómica.

De referir que no contexto de integração regional na SADC, os indicadores macroeconómicos seleccionados como sendo metas macroeconómicas de convergência, e ainda segundo o RIDSP (2007), são: Inflação, défice orçamental, conta corrente, crescimento económico, reservas internacionais (meses de cobertura de importações) e crédito do banco central ao sector público. Isto mostra que, de facto, o controle e monitoramento da inflação ultrapassa interesse nacional: é uma questão internacional. Assim, mostra-se relevante a questão em pesquisa.

1.3 Motivação

A inflação em qualquer economia, e em Moçambique, em particular, condiciona o custo de vida. O valor da moeda pode ser corroído, numa situação de subida galopante dos preços, bem como melhorado, numa situação de redução. Sabe-se que, e segundo o INE, a cesta básica é constituída por vários itens ou produtos. Sendo assim, cada um tem seu papel na dinâmica dos preços.

Por outro lado, o facto de, os indicadores macroeconómicos de estabilidade serem afectados pela dinâmica da inflação e, por conseguinte, afectar a estabilidade macroeconómica no geral, torna relevante e necessário o estudo da dinâmica da inflação e seus determinantes, pois assim poder-se-á proceder de modo a acautelar-se de eventual subida desmedida dos preços.

1.4 Objectivos

1.4.1 Objectivo geral

O presente trabalho, tem como objectivo geral identificar e analisar os determinantes da inflação em Moçambique, no período de 2000 a 2010. A escolha do período deveu-se ao facto do mesmo constituir uma era em que vigorou a economia de mercado num contexto de ausência de Guerra, desestabilizadora do quadro geral da macroeconomia, no qual faz parte a inflação, como indicador macroeconómico.

1.4.2 Objectivos específicos

Especificamente, o trabalho tem por objectivo:

- Analisar o comportamento da inflação no período de 2000 a 2010;
- Identificar os factores que influenciam o comportamento da inflação em Moçambique;
- Comparar o percurso da inflação com o indicador meta no contexto da integração regional

1.5 Delineamento do trabalho e metodologia a ser aplicada

1.5.1 Delineamento

Como já se referiu anteriormente, a inflação é um indicador de estabilidade macroeconómica, revestindo de uma preponderância tal que afecta as outras variáveis de estabilidade macroeconómica. Por isso, esta área tem merecido uma especial atenção por parte de investigadores o que acaba dotá-la de vários instrumentos de estudo. Sendo assim, para a elaboração do trabalho recorrer-se-á a materiais que ainda não receberam tratamento analítico (*Pesquisa documental*), tornando inteligível (*Investigação explicativa*) o papel dos determinantes da inflação na economia moçambicana.

Para começar, pretende-se definir os objectivos do trabalho e em seguida apresentar uma breve abordagem sobre a evolução da inflação em Moçambique, os determinantes bem como as políticas implementadas para o seu controle. O trabalho terá, também, como finalidade servir de

instrumento de pesquisa na área de estudo, bem como, um auxiliar teórico para melhorar as políticas desenvolvidas no que diz respeito à inflação, em particular, e ao crescimento económico e estabilidade macroeconómica, no geral.

A questão de fundo é: quais têm sido os determinantes da inflação em Moçambique? E como pode-se controlá-los de modo a garantir a estabilidade macroeconómica.

1.5.2 Metodologia

Para a análise dos determinantes da inflação em Moçambique, foram utilizados os métodos de abordagem analíticas que consiste na análise dos indicadores macroeconómicos desde 2000 até 2010. Nesta abordagem, procurar-se-á desintegrar-se os ponderadores nos principais indicadores de inflação em Moçambique utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e analisar a sua dinâmica (os motivos das suas flutuações).

Para o trabalho, será usada informação estatística sobre a inflação para sustentar os diagnósticos e os argumentos apresentados. Maioritariamente, os dados sobre a inflação serão extraídos de várias publicações do Banco de Moçambique (essencialmente, relatórios anuais¹ de 2000 a 2009, anuários estatísticos e ainda outros documentos disponíveis no seu *website*), Instituto Nacional de Estatística (INE) e, ainda, outros dados serão extraídos de algumas obras de autores que discutem a inflação em Moçambique, como Mosca (2005) e Carsane (2005). Em termos de estrutural do trabalho, sugere-se que o mesmo tenha 5 (cinco) capítulos, sendo:

- Capítulo I: Introdução que procurar contextualizar o tema e possíveis questões de pesquisa, bem como a sua relevância; e apresentação dos objectivos e a metodologia a ser usada para atingi-los;
- Capítulo II: Revisão de Literatura, procurando trazer as ideias e teorias gerais sobre a inflação, o estudo dos seus determinantes;
- Capítulo III: Vai mostrar a evolução da inflação em Moçambique no período em estudo, trazendo as motivações da sua dinâmica;

¹ Importa dizer que todos défices primários como percentagem do PIB, foram extraídos dos Relatórios Anuais do BM.

- Capítulo IV: Usando a metodologia definida, procurar mostrar quais tem sido os determinantes da inflação em Moçambique; e
- Capítulo V: Baseando-se nos pontos discutidos ao longo do trabalho, este capítulo vai mostrar as conclusões do estudo, respondendo a questão de pesquisa. O capítulo vai, ainda, trazer breves recomendações em termos de mitigação e control de inflação, baseando-se nos seus determinantes.

Capítulo II: Enquadramento teórico

O processo inflacionário no mundo tornou-se um assunto tão amplamente debatido, nos meios político e académico, que todos intervenientes neles se julgam capazes de defini-lo e de apresentar soluções para contê-lo, sem ao menos tentar estudá-lo, para que dessa maneira se possa expressar uma opinião precisa sobre um problema de tal complexidade, que até entre os grandes estudiosos provoca divergências.

Segundo Moran e Witte (2003), a inflação, pelo menos ao nível do senso comum, não conduz a controvérsias ou a pontos de vista exageradamente distanciados entre si. Mas devido à sua complexidade e seus múltiplos reflexos nas políticas sociais e económicas, há que buscar definições mais precisas a respeito de seu conceito.

Embora amplamente aceites, esses conceitos são passíveis de uma série de observações complementares, destinadas a revelar, com maior rigor, a essência, a natureza e algumas características especiais dos processos inflacionários. Assim, as observações que parecem pertinentes dizem respeito à natureza do fenómeno, à magnitude da taxa de elevação dos preços, à dimensão do factor tempo, ao carácter dinâmico do processo, a abrangência do fenómeno, aos factores exógenos e os mecanismos repressores. Além de se buscar uma definição mais precisa para a palavra inflação, também devesse dedicar a estudar os tipos de inflação que podem ser inflação de demanda, quando existe um excesso de moeda em relação aos bens e serviços disponíveis; de custos, quando ocorre por uma elevação salarial, expansão dos custos de matéria-prima e pela elevação dos lucros; estruturalista, quando ocorre a inflação que se apoia em factores estruturais básicos, de raízes mais profundas que as de factores meramente circunstanciais ou causais. Ainda temos a inflação inercial, que ocorre devido ao efeito das expectativas inflacionárias que podem ser do tipo adaptativo ou racional.

A necessidade de uma definição mais precisa do que é inflação, sugere realizar estudos para poder-se procurar soluções em um consenso científico homogéneo.

Pretende-se inicialmente, com o presente capítulo, discutir os conceitos sobre inflação e quais os tipos existentes e a seguir, determinar quais são seus efeitos sobre as política económicas

seguidas pelos diferentes governos. Assim, o objectivo fundamental desta fase de pesquisa, consiste na definição do que é inflação e quais são as suas causas, seguindo algumas das definições revistas ao longo do trabalho.

2.2 Conceitos de Inflação

Existem várias definições a respeito da inflação mas a mais simples e clara define-a como a elevação contínua do nível de preços, isto é, uma taxa contínua de crescimento dos preços num período determinado (Moran e Witte, 2003). Deve ficar com isto claro que um aumento de preços, por uma única vez, não pode ser considerado inflação. Precisa-se de um aumento contínuo, mesmo que este não seja de igual magnitude ao longo do tempo. Este constitui o conceito básico do presente trabalho.

A inflação é uma medida do equilíbrio macroeconómico geral entre a procura e a oferta e uma baixa taxa de inflação é considerada benéfica, visto que evita distorções na distribuição das receitas (Coscione, 2007). Assim, a taxa de inflação mede a variação do nível geral de preços na economia. Mudanças na taxa de inflação no modelo têm dois efeitos que se contrapõem. Por um lado, uma elevação da taxa de inflação aumenta o serviço da dívida, na medida em que se propaga á correcção monetária, contribuindo para uma redução dos gastos do governo e da renda em termos reais para uma dada meta da proporção entre o deficit público e o PIB. Por outro lado, o valor real do stock da dívida pública acumulada no final do período anterior, sobre a qual incide o serviço se reduz, contribuindo para uma expansão dos gastos do governo e renda.

Independentemente, existem várias causas para o fenómeno inflacionário e outras observações em torno deste, que podem ser estudadas esquematicamente como segue:

2.3 Tipos de Inflação

2.3.1 A Inflação de Demanda

Uma das principais explicações teóricas da inflação sustenta que as altas generalizadas dos preços resultam basicamente de um excesso de demanda agregada em relação à oferta da economia (Moran e Witte, 2003). Em outros termos, a inflação de demanda é produzida toda vez

que os stocks monetários reais dos agentes económicos (salários e todo tipo de renda) aumentem sem um acompanhamento da produção total da economia medida pelo PIB. O que significa dizer que um aumento do poder aquisitivo dos agentes económicos se traduzirá num deslocamento da curva de demanda agregada, elevando os preços, *ceteris paribus*.

Segundo a análise clássica, o processo inflacionário se explica por uma expansão da oferta monetária em uma economia que não se encontra em pleno emprego. Desse modo, o produto nacional ou *output* se expandirá concomitantemente com um aumento do nível de emprego, inicialmente com um efeito de valorização do salário nominal ante o aumento da demanda de trabalho que logo será neutralizado com o aumento da oferta de trabalho. Finalmente, ter-se-á igual nível de salário nominal e taxa de juros, mas com um nível maior de emprego e produto.

No caso sugerido por Keynes (1983), com a existência de pleno emprego, a curva da procura ou de oferta agregada de bens e serviços será vertical. Seguidamente o aumento da oferta monetária deslocará a curva de oferta monetária para acima, conseguindo-se com isso somente um efeito de desvalorização da moeda, fazendo cair a taxa de juros, o salário real e o produto nacional. Assim, no enfoque keynesiano, somente existirá inflação de demanda quando a capacidade instalada estiver em plena utilização. Camps (1990), por sua vez, utilizou a seguinte explicação: aumentada a demanda, o produtor com todos os factores de produção já ocupados, não dispõe de mais insumos com que possa atender a demanda acrescida; por tanto, os preços sobem. Sobem porque há mais poder de compra pressionando.

2.3.2 Inflação de Custos

O tratamento teórico da inflação de custos, embora se reconheça que a persistência e propagação de qualquer inflação dependa, em última instância, da expansão monetária, admite que as causas iniciais do processo se encontram no âmbito da oferta agregada, cujos deslocamentos resultam de mudanças nos salários, nos custos de matérias-primas ou na tentativa de aumentar os lucros (Netto e Modiano, 2005). A inflação de custos, originada em aumentos reais das taxas salariais, pressupõe que estas, em virtude de pressões sindicais, incorporem reajustes superiores à eventual expansão dos índices de custo de vida, adicionados de aumentos reais superiores à estimativa dos acréscimos da produtividade da mão-de-obra. A existência de pressões que resultam em

elevações salariais desse tipo é, em geral, decorrente de negociações colectivas conduzidas por sindicatos organizados e poderosos.

Ainda segundo Netto e Modiano (2005), existe um segundo tipo de inflação de custos, própria de economias que têm problemas de recessão e problemas na distribuição da produção. A especialmente gerada em condições de recessão é explicada por uma pressão cada vez maior dos custos médios, tanto fixos como variáveis sobre o custo total que faz com que o preço tenha de ser maior do que o preço de mercado em condições normais de concorrência

Outro factor que determina a inflação é um aumento do *mark up*, ou margem de lucro, pois esse implicará a elevação do nível geral de preços (Netto e Modiano, 2005). Essa variante da inflação de custos pressupõe para a indústria de onde se originou uma estrutura de mercado imperfeitamente competitiva, oligopolista ou monopolista.

Generalizando, pode-se dizer que à concorrência é um obstáculo à ocorrência da inflação de custos, originários da alteração para mais do lucro. Um de seus mais importantes pré-requisitos é a existência de estruturas de mercado imperfeitamente competitivas.

2.3.3 Inflação Inercial

O conceito da inflação inercial foi desenvolvida no Brasil como uma resposta analítica à aceleração da inflação nos anos 70 tendo como pano de fundo o debate sobre a relevância da Curva de Phillips para a economia brasileira. Segundo Netto e Modiano (2005), não se deve perder de vista o facto de que a taxa de inflação em dado momento está fortemente relacionada as taxas de inflação no passado.

Em outros termos, a inflação possui um elevado componente de auto-sustentação ao relacionamento automático. Segundo Netto e Modiano (2005), a literatura macroeconómica convencional costuma atribuir o carácter auto regressivo da taxa de inflação as expectativas inflacionárias.

As primeiras interpretações em relação às expectativas inflacionárias baseiam-se num processo “adaptativo”, através do qual a inflação de hoje é determinada como uma média ponderada de valores passados. Assim, Cagan (1956) considera que as “Expectativas Adaptativas” garantem a sustentação de um processo inflacionário porque os agentes económicos utilizam a informação sobre os seus erros de predição no passado para revisar a expectativa do período presente.

A respeito disso, essas concepções foram objecto de drástica revisão, pois se os agentes económicos formam suas expectativas de forma adaptativa, então podem ter erros sistemáticos e subestimar a taxa de inflação por vários períodos, até incorporar informações suficientes de modo a revisar a expectativa actual. Surgiu a partir dos estudos de Fisher (1930)² para a taxa de juros, a regra adaptativa que equivale a considerar que o valor esperado da variável em questão é uma média ponderada de seus valores passados com pesos decrescentes a partir do período mais próximo.

2.3.4 Inflação Estrutural

A inflação estrutural tem suas origens nas teorias de desenvolvimento de América Latina, no pensamento da Comissão Económica Para América Latina (CEPAL) lideradas por Raúl Prebisch, como uma tentativa de explicação das variações dos preços a nível de comércio internacional entre centro e periferia (Moran e Witte, 2003). Os chamados estruturalistas consideram que a inflação se apoia em factores associados com as características das relações comerciais, também chamadas de “Termos de Intercambio”.

Por outro lado, os principais pontos que assinalam a escola de pensamento estruturalista são:

- Inercialidade de oferta de produtos agrícolas: Com o êxodo rural, há um aumento da parcela de produtos agrícolas. Tanto a estrutura agrária, quanto os métodos de produção rural não se desenvolvem com a mesma rapidez que o crescimento urbano, gerando aumento dos custos de alimentação.
- Desequilíbrio Crónico do Comércio Exterior: este desequilíbrio deve-se à pouca elasticidade-renda das importações dos produtos primários industrializados, em

² Citado por Netto e Modiano (2005)

contrapartida à alta elasticidade das importações de bens de consumo duráveis adquiridos nesses países subdesenvolvidos. Assim, há necessidades de financiamento externo para compensar o déficit das transações correntes na tentativa de corrigir tal desequilíbrio.

São geralmente adoptadas políticas de substituição das importações que geram outras séries de problemas à economia; primeiro, porque a produção interna nem sempre é suficiente para substituir aqueles bens que precisam de maior nível de tecnologia; segundo, porque exige a adopção de políticas proteccionistas muitas vezes destinadas a indústrias ineficientes, de baixos níveis de produtividade e de preços necessariamente altos; terceiro, porque esta política proporciona o aparecimento de novas indústrias oligopolistas ou monopolistas, que futuramente podem vir a pressionar a economia.

- Distribuição desigual da renda e rigidez nos orçamentos públicos: nos países subdesenvolvidos, o governo é incumbido da implantação da infra-estrutura para as indústrias que estão surgindo. Estes investimentos devem ser financiados pelo tesouro público. O combate a esses factores cria uma série de reformas de classes, tais como reformas de ordem administrativa, agrária e fiscal, além de uma reforma tributária. São estas as atitudes preconizadas pelos estruturalistas para o controle da inflação, procurando, assim, alterar a estrutura económica do país.

Capítulo III: Contexto histórico da inflação em Moçambique

O Índice de Preço ao Consumidor (IPC), em Moçambique, foi introduzido em 1989 como uma primeira tentativa de estimar a inflação (Carsane, 2005). O seu cálculo era produzido pela Direcção Nacional de Estatística (DNE) que estava integrada na Comissão Nacional do Plano (CNP) e era baseado numa pesquisa de despesas familiares da cidade de Maputo, capital administrativa e económica. Ainda segundo Carsane (2005), cobria inicialmente cerca 1060 produtos, cujos pesos no IPC tinham sido definidos por uma pesquisa de despesas familiares realizada em 1984. Assim, o índice cobria somente bens e serviços oferecidos na cidade de Maputo e era altamente dependente dos preços de alguns poucos produtos alimentares básicos, especialmente pelos preços de tomate e repolho que juntos correspondiam a 10% do IPC (Ubide, 1997). E, ainda, neste período, os produtos alimentares dominavam o IPC, representando um peso de 74% da cesta do consumo do índice, com fruta, vegetais e verduras a representarem um peso de 22%. Consequentemente, variações neste índice eram determinadas por factores que afectassem os preços dos produtos alimentares como o nível de produção doméstica, condições climáticas no país e pela importação de preços praticados na África do Sul.

Dada a importância de importações de produtos da África do Sul na oferta de produtos alimentares no mercado moçambicano, as variações de taxa de câmbios entre os dois países determinava importantes variações no IPC (Banco de Moçambique, 2007). As condições climáticas do País desempenhavam um papel importante na determinação do IPC uma vez que a agricultura era dependente das condições naturais do clima. Por outro lado, o nível de produção doméstica indicava abundância ou escassez do produto no mercado moçambicano, o que levava a grandes oscilações nos seus preços e, consequentemente, grandes variações no IPC. Este IPC foi o indicador de estimação da inflação em Moçambique, até 1995.

Em Dezembro de 1995, o Instituto Nacional de Estatística (ex-DNE) começou a produzir um índice de preços ao consumidor alternativo, com uma série de Melhorias nos seus componentes e pesos da cesta de produtos que na época representavam melhor a realidade os gastos do

consumidor moçambicano. Assim, este IPC tornou-se o indicador oficial no País em Janeiro de 1997, e a partir deste ano, a inflação passou ser indicada pelas suas variações.

Inicialmente, este IPC era calculado considerando Dezembro de 1994 como período base. Os valores anteriores ao período base foram obtidos usando as taxas de crescimento do IPC anterior. Em Fevereiro de 2000, o INE começou a produzir um novo IPC com Dezembro de 1998 como seu período base. Neste novo indicador, foram actualizados os ponderadores das classes dos bens e a cesta de produtos componentes do índice como resultado do Inquérito dos Agregados Alimentares (IAF), ora introduzidos como forma de fazer o acompanhamento do nível de pobreza, realizado entre 1996 e 1997. Similarmente, os valores deste novo IPC anteriores á Dezembro de 1998 foram obtidos através das taxas de crescimento do anterior IPC.

O IPC produzido pelo INE abrangeu, numa primeira fase, a cidade de Maputo e era tomado como indicador de inflação no País. Posteriormente, em 2000, o cálculo do IPC foi alargado aos dois maiores centros urbanos do país, depois da cidade de Maputo, nomeadamente cidade da Beira e Nampula, e o indicador passou denominar-se por MaBeNa. A selecção destas cidades seguiu o critério de serem os maiores pólos económicos e populacional da região Sul (cidade de Maputo), Centro (cidade da Beira) e Norte do país (cidade de Nampula). As populações das três urbes representavam, agregadamente, 11% da população total do país e 37% da população urbana do país. O presente trabalho tem o condão de, na sua análise, considerar apenas o MaBeNa, a partir de 2000, construindo, assim, uma série histórica.

Por outro lado, o regime de metas de inflação é uma das alternativas que as autoridades de um país têm para seguir em termos de política monetária e que inclui os enfoques baseados em: a) âncoras cambiais, como na Argentina; b) metas monetárias, como na Alemanha antes do euro; ou em c) metas de inflação implícitas, como muitos entendem que seja o regime de política monetária dos Estados Unidos (Mishkin, 1999).

Segundo Giambiagi e Carvalho (2001), o tema das metas de inflação começou a ser discutido com certa intensidade nos meios académicos internacionais a partir do início dos anos 1990, na seqüência da adoção dessa modalidade de política anti-inflacionária por parte do primeiro grupo

de países da lista de aproximadamente uma dezena de nações que actualmente incorporaram o *inflation target* às suas respectivas políticas económicas.

Como a literatura macroeconómica frisa, a respeito das experiências nacionais de adopção de metas de inflação até meados dos anos 1990, este sistema tem, basicamente, duas grandes funções (Leiderman e Svensson, 1995). Em primeiro lugar, ele serve como **elemento de coordenação de expectativas** para os agentes económicos em geral e, particularmente, para o mercado financeiro. E, em segundo lugar, opera como um **guia de plena transparência para a condução da política monetária**: os resultados desta política passam a ser “bons” ou “maus” em função da aderência ou não da inflação às metas previamente fixadas e não em função do cumprimento de metas monetárias a) de significado pouco claro; b) difíceis de seguir à risca; e c) que mesmo cumpridas, não garantiriam necessariamente o êxito de uma política anti-inflacionária. A nova política implica uma maior *prestação de contas* do Governo em geral e das autoridades económicas em particular.

Refletindo sobre o tipo de dificuldades com as quais se defrontaram as autoridades monetárias perseguindo metas de M1, M2 etc. ao longo das décadas e o progressivo cepticismo acerca da eficácia das metas monetárias como instrumento de combate à inflação, Gerry Bouey³, então governador do Banco de Canadá que, reagindo à crítica pelo fato de o Banco Central desse país ter deixado de lado o controle estrito da moeda, declarou que “*nós não abandonamos os agregados monetários; eles é que nos abandonaram*” (Blinder, 1998). Decorre daí o sentimento de que o controle monetário *strictu sensu* teria deixado de exercer a mesma influência que há algumas décadas – antes das inovações financeiras que marcaram os últimos trinta ou quarenta anos – como factor determinante da dinâmica da inflação.

O reconhecimento dessas dificuldades alimentou em muitos países a popularidade da âncora cambial como alternativa de política anti-inflacionária. O benefício deste mecanismo para esse fim, especialmente no curto prazo, foi testado diversas vezes com êxito. Entretanto, a teoria também sugere que esse tipo de mecanismo implica uma série de problemas de médio e longo prazos ligados i) à maior dificuldade dos países de se ajustarem frente a problemas externos; ii)

³ Citado por Blinder (1998), vide referências bibliográficas

ao impacto sobre a política monetária, pela necessidade, que uma taxa de câmbio rígida pode acarretar, de praticar taxas de juros elevadas na defesa da política cambial; e iii) à vulnerabilidade a ataques especulativos. Os problemas observados para conservar as paridades cambiais na crise do sistema monetário europeu de 1992 – com a saída provisória, entre outros, da libra do mecanismo da “serpente” – e as sucessivas crises (e desvalorizações) que ocorreram durante 1997/1999 em diversas economias emergentes após a crise do Sudeste Asiático de 1997, mostraram que as questões apontadas pela teoria estavam se verificando na prática, reduzindo muito o apelo das políticas de câmbio fixo ou semi-fixo.

Face aos problemas acumulados com as tentativas de controlo monetário e conhecidos os ónus da ancoragem cambial, a opção pelo sistema de metas de inflação tornou-se uma consequência natural da frustração com as demais alternativas de política monetária (Giambiagi e Carvalho, 2001). A dúvida é se é mais recomendável perseguir metas não anunciadas de inflação ou fazer isso de modo explícito.

A primeira alternativa tem a vantagem, do ponto de vista das autoridades, de não limitar muito a sua margem de manobra. No velho dilema entre regras e discricionariedade, ela representa o reconhecimento das vantagens desta última e de não se prender a uma estratégia específica, sem prejuízo da busca de certos objetivos de longo prazo não anunciados, arte essa que Alan Greenspan exercitara com rara maestria.

Entretanto, como salienta Mishkin (2000), a estratégia de “cumprimento sem explicitação”, ou *just do it*, sem a institucionalização do sistema de metas, além de ser pouco transparente, torna o êxito da política de combate à alta de preços excessivamente dependente da habilidade e do comprometimento das autoridades da época em lidar com as pressões inflacionárias, sem oferecer, portanto, garantias de continuidade do êxito da estratégia, em caso de mudança de nomes por ocasião da troca de comando no Banco Central.

Em função desse tipo de considerações, diversos países seguiram, nos anos 1990, políticas de combate à inflação baseadas na adoção de *inflation targets*. Resumidamente, tal sistema:

- Permite que a política monetária se concentre na busca prioritária de um certo nível de inflação; e
- Possibilita uma avaliação clara do desempenho da política monetária, por meio da comparação entre a meta e a inflação observada.

O sistema em questão baseia-se na definição de uma meta explícita para a variação dos preços por parte das autoridades e na atribuição de uma responsabilidade formal ao Banco Central pelo alcance do resultado desejado. De um modo geral, a experiência internacional desde que a modalidade foi adoptada em diversos países foi bastante positiva, sendo acompanhada por uma queda da inflação em relação aos níveis iniciais e por sua estabilização em níveis baixos, uma vez atingido o objectivo de convergência com a inflação dos países mais avançados.

Para o caso de Moçambique, o regime de metas de inflação (*inflation target*) adoptado em 2000, no qual se fixa um nível de inflação para um dígito, tem sido bem sucedido, pese embora a taxa de inflação oficial do índice de preços ao consumidor, IPC MaBeNa, tenha sido ligeiramente superior a meta, ela situou-se dentro do intervalo de tolerância do Governo. Este regime de metas de inflação tem sido misto, com enfoques em âncoras cambiais devido á grande dependência das importações de produtos alimentares da África do Sul e metas monetárias, através das políticas monetárias do Banco Central para conter e/ou manter a estabilidade do metical e, conseqüentemente, macroeconómica.

Capítulo IV: Evolução da inflação em Moçambique e seus determinantes

A estabilidade de preços é o principal objectivo do Banco Central. Desde os meados da década de 90, o Banco de Moçambique conseguiu conter a inflação, embora ainda tivessem ocorrido picos inflacionários devidos, parcialmente, a choques externos. O Banco Central afastou-se dos instrumentos de controlo directo dos agregados monetários, tais como limites ao crédito, em direcção a instrumentos indirectos, e a política monetária é agora mais sofisticada e eficaz (Banco de Moçambique, 2000).

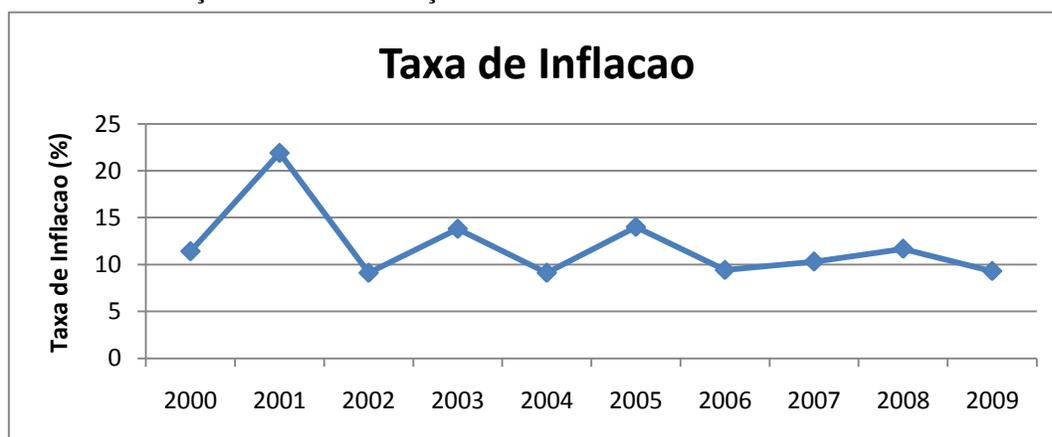
A taxa de inflação subiu drasticamente de 1999 para 2001 devido à turbulência nos mercados financeiros, causada pela quase falência dos dois maiores bancos (Banco Austral e Banco Comercial) e pelas cheias em 2000. Desde então, a inflação tem demonstrado uma tendência de desaceleração com flutuações anuais. Contudo, a amplitude das flutuações parece diminuir em resultado de políticas monetárias mais eficientes.

De referir que, segundo Banco de Moçambique (2003), no período de 2000 a 2002, a taxa de inflação foi afectada principalmente, pelos seguintes factores:

- Inflação importada, reflectida na elevada depreciação do Metical contra o Rand (28.7% em termos de variação anual);
- Agravamento das condições de circulação Norte-Centro-Sul, ditado pela deterioração das infra-estruturas (estradas e pontes). A Cidade de Maputo é abastecida de Milho, Amendoim e Feijão, pela produção do centro e norte do País e também pelas importações provenientes da África do Sul e da Swazilândia;
- Aumento do preço do petróleo bruto no mercado internacional, o preço dos combustíveis líquidos incrementou a nível interno, facto que determinou o ajustamento da tarifa de transporte; e
- Diminuição da oferta, em face da paralisação das fábricas de Xinavane e Maragra em consequência das cheias e inundações, aliado ao maior controlo alfandegário e a subida do preço no mercado internacional.

Para além dos factores acima mencionados, de referir que a liquidez do sistema acelerou no último trimestre de 2002, a medir pelo crescimento anual da Base Monetária em 22%, dos quais, 15% em Dezembro, enquanto o agregado Massa Monetária expandiu 6.1% apenas no mês de Dezembro (Banco de Moçambique, 2003). Este comportamento foi ditado, em grande medida, pela excessiva concentração dos desembolsos de ajuda externa para apoio ao Orçamento do Estado no final do ano, o que fez com que houvesse concentração de despesa pública (regularização de salários em atraso, liquidação de fornecedores) no último trimestre do ano. Ademais, a eliminação do chamado “período complementar” na execução orçamental, ditada pela entrada em vigor da Conta Única, também contribuiu para que a liquidez do sistema tivesse um comportamento atípico em finais de 2003. Na componente dos bens não alimentares, é de salientar o agravamento dos preços do Petróleo de iluminação: 37.5%, Gasolina: 48.1%, Tarifa de água: 15% e Energia eléctrica: 48.1%. Apesar destas variações, ponderadas aos respectivos pesos, representarem uma contribuição directa de 1 por cento na inflação total, elas têm um forte impacto na cadeia dos custos de produção de diversos bens e serviços, afectando deste modo os seus preços.

Grafico 1: Evolução da Taxa de Inflação



Fonte: Construído com base nos dados do INE, disponíveis em www.ine.gov.mz

No geral, os cereais importados como o arroz e milho branco, aliados a outros produtos igualmente importados tiveram uma contribuição significativa para a inflação em 2005⁴ (tabela 1), se comparados com os demais produtos de produção interna. A exploração das vantagens

⁴ A componente de bens alimentares, sendo a que representa maior percentagem no IPC, teve maior variação, catapultando a taxa de inflação para dois dígitos (14%).

naturais que o país tem para produzir tais cereais deve ser re-equacionada para fazer face aos problemas que a importação tem causado, em termos de inflação e desgaste de divisas. Por outro lado, nota-se a influência da taxa de câmbios na dinâmica da inflação, a mesma que se é captada, principalmente, via produtos alimentares, dado que grande parte destes (tomate, batata, cebola, etc) são adquiridos nos países vizinhos, com particular destaque na África do Sul. Na componente de bens não alimentares, a dinâmica da inflação é grandemente afectada pela variação do preço do petróleo no mercado internacional, que por sua vez, afectou o preço do petróleo de iluminação e a gasolina e o gasóleo, incrementando em 37.5% e 48.1%, respectivamente.

Tabela 1: Evolução desintegrada da taxa de inflação (2000-2009)

<i>Ano</i>	<i>IPC-Bens Alimentares</i>	<i>IPC-BensNão Alimentares</i>	<i>Taxa de inflação</i>	<i>Var. da taxa de inflação</i>
2000	na	na	11.40	
2001	na	na	21.90	92%
2002	8.40	na	9.10	-58%
2003	15.60	11.10	13.80	52%
2004	6.80	12.80	9.10	-34%
2005	14.80	12.70	14.00	54%
2006	10.37	9.38	9.40	-33%
2007	7.40	2.80	10.30	10%
2008	4.30	1.70	11.67	13%
2009	3.70	0.30	3.69	-68%

Fonte: Banco de Moçambique (2000-2009)

A depreciação do Metical, na ordem dos 28% em relação ao USD e 9% face ao Rand e o aumento dos preços de combustíveis em 2005, assumiram papel preponderante na aceleração dos custos de importação e de transporte (impacto directo), assim como no comportamento dos preços de habitação e serviços (impacto indirecto). Por outro lado, uma maior procura de cereais importados para fazer face à estiagem que se verificou nas principais zonas produtoras do país, reflecte uma quebra na produção doméstica de produtos alimentares em 2005, com impacto na inflação.

Mas, de referir que, o período de 2005 a 2008 representou uma desaceleração, dado que em 2005 a inflação situou-se em 14%, mas em 2006 passou para 9.4%, registando aumento, no ano, seguinte para 10.30%, voltando a subir em 2008, para uma taxa de 11.67%. Dentre os principais factores por detrás da subida dos preços de 2006 a 2008 destacam-se (Banco de Moçambique, 2009):

- A estiagem que afectou algumas regiões do país nos finais de 2005, fazendo com que a produção e a oferta de cereais e oleaginosas reduzissem no primeiro trimestre de 2006, seguida de inundações dos campos produtores de hortícolas na cintura verde da Cidade de Maputo em princípios do ano. Aos problemas climatéricos associou-se a virose de tomate que afectou a produção em Chókwe, zona que se destaca no abastecimento deste produto à Cidade de Maputo;
- O agravamento dos preços de alguns produtos alimentares na África do Sul, com peso importante no cabaz do IPC da Cidade de Maputo. O IPC dos produtos alimentares na África do Sul registou um incremento de 5.5% nos primeiros quatro meses de 2006 e um acumulado de 8.1% no ano;
- O efeito desfasado da depreciação do metical entre Outubro e meados de Novembro de 2005, associado a instabilidade cambial nos primeiros dois meses de 2006 – onde o metical perdeu 11% e 14% em relação ao USD e ZAR, respectivamente, usando os câmbios médios das transacções entre os bancos e o público, com impacto no preço de produtos importados como arroz, carapau, petróleo e seus derivados e farináceos de trigo. Os preços da lenha e do carvão vegetal, por arrasto, acompanharam o movimento do gás natural, derivado do petróleo, por serem produtos sucedâneos para muitos residentes da Cidade de Maputo;
- A natureza especulativa da fixação dos preços nos dois últimos meses do ano - ainda que mais moderada - no contexto do aumento da procura de produtos alimentares e bebidas durante a quadra festiva. A inflação mensal de Dezembro foi de 2.07%, a segunda mais baixa dos últimos seis anos.

O incremento do preço internacional do petróleo – de acordo com os dados da Reuters, o preço médio do petróleo ao cotar-se em 91.45 USD/barril em Dezembro de 2007, registou um

agravamento de 48%, variação com impacto directo e indirecto nos custos de produção e nas despesas das famílias, particularmente as relativas ao transporte.

Observando o gráfico 1, nota-se que no período de 2008 a 2009 houve uma redução da aceleração dos preços. Tal, e ainda segundo relatório do anual Banco de Moçambique (2008), deveu-se aos seguintes factores:

- (i) **Impacto da Crise financeira internacional:** A redução dos preços das principais mercadorias no mercado internacional na segunda metade do ano em análise, em resultado da queda da procura por estes produtos nas maiores economias do mundo, contribuiu para o decréscimo dos preços domésticos na parte final do ano, tanto dos destas mercadorias, como dos de outras por estas influenciadas;
- (ii) **Abrandamento dos preços dos bens alimentares:** Não obstante o aumento do preço médio do arroz no mercado internacional em 45.7% para USD 550.75 ton/métricas no fecho de Dezembro de 2008, o trigo e o milho viram os seus preços decrescerem em termos anuais em 40.3% e 12.3%, para USD 368.6 ton/métricas e USD 180.3 ton/métricas, respectivamente, em Dezembro de 2008 face ao período homólogo;
- (iii) **Redução do preço internacional do petróleo:** Após o preço médio mensal registar um agravamento anual de 31.0% até Julho, mês em que se estabeleceu novo máximo histórico de USD 147/barril, o preço médio do barril de petróleo observou um forte decréscimo, tendo-se cotado em 41.58 USD/barril em Dezembro de 2008, correspondente à uma variação anual de 54.5%; e
- (iv) **Evolução favorável do nível geral de preços na RSA:** a inflação anual observou um avanço de 7.1% em Dezembro de 2007 para 13.7% em Agosto de 2008, seguindo-se depois uma desaceleração para 9.5% em Dezembro de 2008.

No entanto, há que referir que, a variação anual da taxa de inflação mostrou-se declinante o que reflectiu-se na própria taxa de inflação anual, que têm vindo a declinar (por exemplo, de acordo com a tabela no início da série em estudo, 2000, a mesma situava-se em 11.4%, e no ano seguinte, 2001, 21.9%;mas, em 2004 registou uma cifra de 9.1% e no fim da série, 2009, 3.69%.

Segundo a análise efectuada pode-se notar que a taxa de inflação esteve, ao longo do período em estudo, acima do valor estabelecido como meta de convergência macroeconómica, que é de um dígito, tendo se situado a acima de 10%.

4.2 Perspectivas da inflação

Para fazer a projecção futura do comportamento da inflação em Moçambique e, por conseguinte, a possibilidade atingir os 5% estabelecidos como meta de convergência macroeconómica para 2012, importa analisar a própria estrutura do Índice de Preço ao Consumidor para ver, o que é futuramente pode contribuir para o seu comportamento.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) passou a publicar, a partir de Janeiro de 2006, índices de Preços no Consumidor (IPC) nas Cidades de Maputo, Beira e Nampula e o índice agregado para as três cidades, que tem por base os resultados do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) realizado entre Julho de 2002 e Junho de 2003, passando a designar-se IPC de base 2004. Os resultados do IAF ditaram alterações substanciais no número e tipo de produtos que compõem os cabazes dos IPC das diferentes Cidades e no índice agregado, reflectindo mudanças no perfil das despesas das famílias, relativamente a 1996/7, quando se realizou o anterior inquérito que serviu de base para os IPC, utilizados até Dezembro de 2005. Assim, os ponderadores dos diferentes produtos, e os pesos relativos no total do índice sofreram ajustamentos.

No IPC da Cidade de Maputo, indicador usado para o cálculo da inflação oficial em Moçambique, as principais alterações operadas foram:

- Aumento de número de bens e Serviços, de 208 para 236 ou seja mais 28;
- Redução do peso (ponderador) da classe de Alimentação e Bebidas não Alcoólicas em cerca de 10 pontos percentuais, passando para 51.85%;
- Aumento do peso da classe de transportes em 7.32 pontos percentuais, passando para 10.15%, reflectindo o aumento do peso do transporte semi-colectivo em 4.1 pontos percentuais, assim como a inclusão de novos bens e serviços, com destaque para compra de veículos automóveis;
- Aumento do peso da Habitação, Água, Electricidade, Gás e outros Combustíveis, de 12.17% para 13.26%;

- A Saúde e Educação aumentaram o seu peso em 0.8pp e 0.38pp, respectivamente, passando para 3.28% e 1.01%, reflectindo a inclusão de serviços prestados pelo sector privado, que tem estado a crescer consideravelmente, nos últimos anos;
- Uma maior desagregação dos produtos por classes, ao passar de 7 para 12 classes. O peso da classe de bens e serviços diversos reduziu para 1.53%, após 4.78% no cabaz anterior;

Tabela 2: Desintegração evolutiva do IPC como medida de inflação em Moçambique

	IPC-DNE/CNP	IPC-INE (1996/7)	IPC-INE (2003/4)
<i>Alimentação, Bebidas e Tabaco</i>	73.78	63.46	53.98
<i>Carnes e Peixe</i>	16.07	-	-
<i>Leites, Ovos e Leite</i>	23.83	-	-
<i>Frutas e vegetais</i>	21.51	-	-
<i>Acúcar, bebidas e tabaco</i>	8.93	-	-
<i>Vestuário e calçado</i>	12.77	4.62	4.69
<i>Habituação e Conforto</i>	5.91	17.01	18.65
<i>Saude</i>	0.49	2.46	3.28
<i>Transportes e Comunicações</i>	2.10	4.63	12.19
<i>Educação e Lazer</i>	2.07	2.75	3.82
<i>Outros Bens e Serviços</i>	2.88	5.07	3.39
TOTAL	100.00	100.00	100.00

Fonte: Construído com base nos dados do INE e Relatórios Anuais do Banco de Moçambique

A nova estrutura do IPC aproxima-se a dos países da região da SADC (8 países possuem um peso médio da classe de Alimentação de cerca de 40%, enquanto a África do Sul o peso é de 22% para a classe de Alimentação e bebidas não Alcoólicas). Ainda assim, Moçambique situa-se acima da média da SADC, muito embora o peso desta classe tenha reduzido 10 pontos percentuais em cinco anos. Nos países com níveis de desenvolvimento mais elevados, as despesas com o consumo de bens alimentares e bebidas tendem a reduzir, a favor das outras classes, como bens duráveis, educação, saúde, entre outros (Banco de Moçambique, 2003).

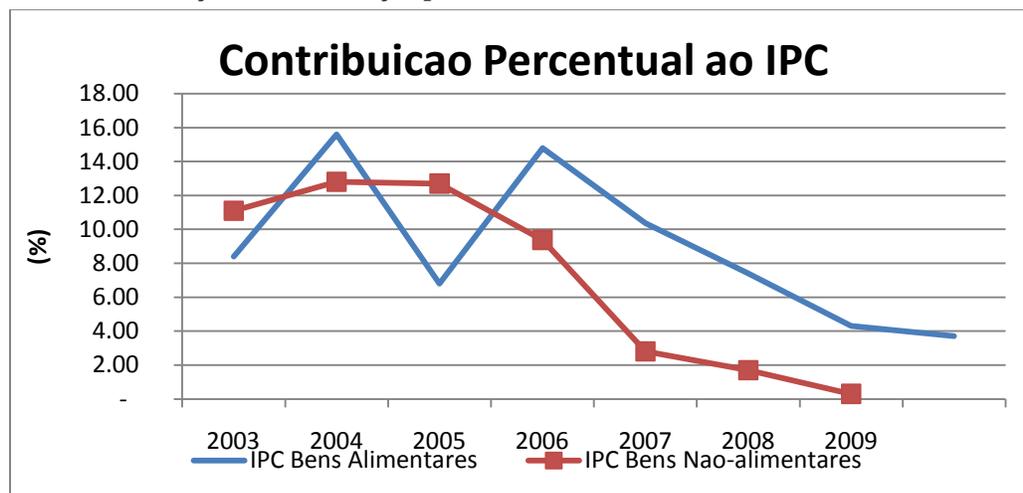
A estrutura do novo cabaz e ponderadores do IPC poderá ter algumas implicações do ponto de vista de impacto dos diferentes factores sobre a inflação acumulada. E, ainda, analisando essa estrutura apresentada na tabela 3, pode-se ter o ponto de partida para a análise da inflação em

Moçambique. A mesma estrutura mostra que o peso da “alimentação, bebidas e tabaco” continua com maior peso, apesar da sua redução, seguido pela “habitação e conforto” e “transportes e comunicações”, conforme a tabela 3.

Analisando a contribuição à inflação (tendo como o seu indicador o IPC) entre os dois principais itens (“alimentação, bebidas e tabaco” e “habitação e conforto” e “transportes e comunicações”), pode-se verificar a componente de *Bens Alimentares* apresentou uma maior contribuição ao IPC, com uma média anual de 8.92%, enquanto os *Bens Não-Alimentares* teve uma contribuição média anual de 7.25% (observe a tabela 2, pág. 29), numa situação em que a primeira componente (*Bens Alimentares*) tem maior peso no IPC. Isto mostra que a inflação em Moçambique pode ser estabilizada com medidas que melhorem o desempenho da classe dos *Bens Alimentares*, quer em termos de oferta ou distribuição dos produtos.

Esta situação é confirmada através da análise gráfica (gráfico 3), que mostra que, de facto, os bens alimentares têm tido maior contribuição no IPC. As causas dessa situação já foram apresentadas na secção I (Evolução da inflação em Moçambique, 2000-2009).

Gráfico 2: Evolução da contribuição percentual ao IPC



Fonte: INE, Relatórios Anuais do Banco de Moçambique (2000-2009).

Portanto, para a determinação da inflação, por um lado, estão os factores que afectam a disponibilidade dos bens alimentares e não-alimentares (particular incidência nos primeiros), e

por outro lado, está o peso que cada um dos grupos dos bens tem na ponderação do IPC, como medida da inflação. A questão que surge: serão esses factores permanentes ou transitórios? Tendo em conta características, razões da sua procura e oferta, bem como a dinâmica da sua procura, segundo a análise feita, pode-se dizer que:

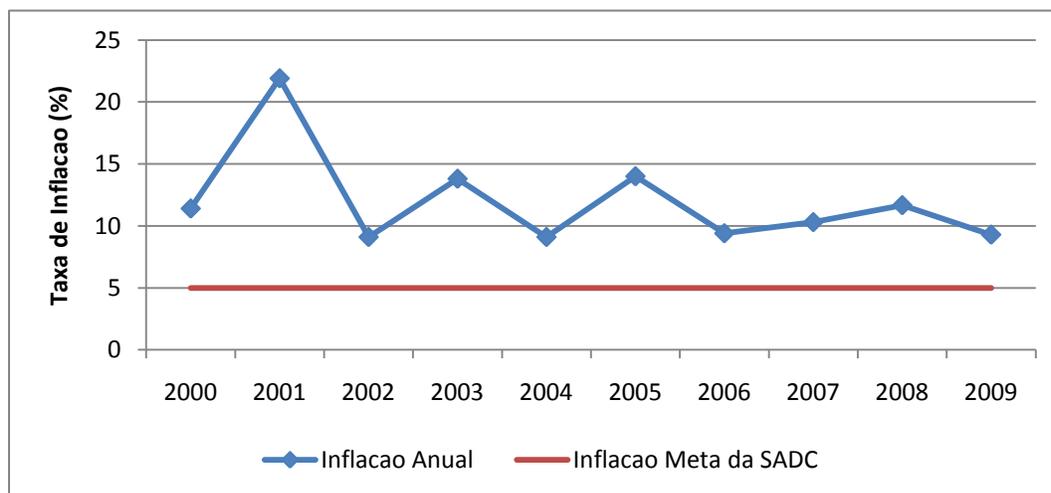
- (i) Para os bens alimentares os choques são transitórios, uma vez que dependem da disponibilidade do produto que é muitas vezes afectada com as condições climáticas (escassez ou abundância das precipitações), a crescente procura na quadra festiva e a taxa de câmbio para os bens alimentares importados.
- (ii) Para os bens não-alimentares os choques são permanentes dado que perduram por um longo período afectados pelas condições de oferta. O preço do barril do petróleo, a sua variação pode se fazer sentir em mais de seis meses porque as condições de importação de stocks são por períodos longos, diferentemente dos bens alimentares⁵. Por outro lado, os efeitos da maioria dos bens não alimentares, como o petróleo não podem ser mitigados interna e imediatamente, diferentemente dos bens alimentares que o país pode produzir e o seu ciclo de vida não é longo.

Esta diferença nos choques das flutuações dos preços da classe dos *Bens Alimentares e Não-Alimentares* encontra-se, também, nas medidas: a primeira classe de bens, segundo o que se tem verificado em Moçambique, pode ser mitigado a curto médio prazos devido o seu modo de produção e ciclo de vida, enquanto os bens não-alimentares necessitam de estudos de viabilidade que de *per si*, levam no mínimo 1 ano. Isto vale dizer que, a componente de classe de bens alimentares continuará a determinar em grande medida o comportamento da inflação. Dado isto, estão, também, os cenários que se desenham sobre o comportamento da inflação nos próximos anos.

⁵ O petróleo é importado por stocks para cobrir um período mínimo de três meses, segundo o Banco de Moçambique. Se nesse período o preço do barril reduzir, os derivadas do petróleo não reduzem imediatamente dado que os stocks disponíveis referem-se ao período em que o preço do barril esteve em alta. Portanto, existe um grande desfazamento entre as variações do preço do barril de petróleo e dos seus derivadas.

E, ainda, no quadro das metas de inflação permanentes na SADC, no contexto de integração regional, verifica-se que a taxa de inflação de Moçambique tem sido superior a taxa estabelecida, caindo da zona de tolerância (1%), como se pode verificar no gráfico 4, abaixo.

Gráfico 3: Comparação da Inflação verificada com a meta permanente da SADC



Fonte: INE.

Esta previsão, coloca a inflação fora dos limites no quadro da convergência macroeconómica, dado que nele, a inflação tem um limite fixado de 5% para 2012. Por outro lado, o facto de, uma parte da inflação ser importada, como discutiu-se na secção I, e também, pela deficiente circulação de pessoas e bens, torna difícil controlar a inflação, dado que depende de factores externos e condições infra-estruturais internas. E, isto acontece num cenário em que a maior parte de produtos afectados (são bens alimentares) por estes factores mencionados, no IPC construído pelo INE, terem um grande peso (com 53.98%). Isto vaticina uma contínua flutuação na taxa de inflação e impossibilidade do Governo poder controlá-lo enquanto continuar a depender muito de factores externos.

Capítulo V: Conclusões e recomendações

O Índice de Preço ao Consumidor (IPC), que foi introduzido em 1989, é a medida da inflação em Moçambique. Ele sofreu várias revisões. Assim, estimação da inflação pode-se agrupar em dois períodos distintos: o primeiro em que não se fixava meta, e que, inicialmente era baseado nos produtos alimentares oferecidos na cidade de Maputo e que posteriormente foi revisto, passando a contemplar os três maiores centros urbanos e económicos de Moçambique, nomeadamente, Cidade de Maputo, Beira e Nampula; o período seguinte, em que já está em vigor o IPC MaBeNa que baseiava-se, também, nos Inquéritos dos Agregados Familiares (IAFs), ocorreu num regime de metas de inflação, tanto a nível nacional, bem como no contexto regional da SADC, tendo conseguido atingir a meta nacional de inflação abaixo de dois de dígitos, mas falhado a regional fixada em 5%.

A fixação de metas de inflação em Moçambique mostra-se como sendo mista, baseando-se na taxa de câmbio, bem como nas políticas monetárias seguidas pelo Banco Central com vista a estabilidade macroeconómica.

Desta análise, depreende-se que, a inflação em Moçambique, é superiormente dominada pela componente de bens alimentares devido ao seu peso no indicador em 53.98% no IPC. Portanto o que representa maior peso na inflação, acabando por influenciar todo comportamento do indicador. Estes bens alimentares, que por sua vez, têm como principais factores do seu desempenho, as condições infra-estruturais de Moçambique e a inflação importada dos países vizinhos através da depreciação cambial que afectam, em grande medida, os bens alimentares.

Por outro lado, para além dos factores acima mencionados, de referir que a estimação de liquidez do sistema, no prosseguimento da política monetária por parte do Banco Central e a excessiva concentração dos desembolsos de ajuda externa para apoio ao Orçamento do Estado, o que faz com que haja concentração de despesa pública determinam o comportamento da inflação em Moçambique.

Assim, recomenda-se uma revisão do indicador usado para estimação da inflação em Moçambique, de modo a acomodar outros factores e reduzir, progressivamente, o peso da componente de bens alimentares, porque verifica-se que os transportes, habitação e o combustível têm influenciado em grande medida a inflação real, bem como a esperada.

Referências Bibliográficas

Banco de Moçambique. Relatório anual, 2007. Disponível em www.bancomoc.mz/relatorios/pdf

Banco de Moçambique. Relatório anual, 2000. Disponível em www.bancomoc.mz/relatorios/pdf

Blinder, Alan. *Central Banking in Theory and Practice*. The MIT Press, 1998.

Moran, Carlos A. Azabache e Witte, Gilson “A conceptualização da inflação e uma análise dos planos económicos brasileiros de 1970-1990”. Faculdade de Economia e Administração da UPF, 2003.

Netto, Dionísio D. e Modiano, Eduardo M. “Inflação e controle do deficit público: análise teórica e algumas simulações para a economia brasileira”. Departamento de Economia da PUC-RJ. 2005

Carsane, Faizal Ramonje. “Determinantes da inflação em Moçambique: um estudo econométrico (1994-2004)”. Dissertação submetida ao programa de Pós-graduação em Economia da Faculdade de Ciências económicas de UFGRS para obtenção do grau de mestrado. Rio Grande do Sul, 2005.

Coscione, Salvatore. A concretização das metas de convergência macroeconómica da SADC. Avaliação de desempenho e avaliação do plano de implementação. República de Moçambique, 2007.

Keynes, J.M. - A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

Muth, John F - Rational Expectations and the theory of Price (Econométrica, Vol. 29, N.3, julho 1961).

Camps de Moraes, Roberto - Os Enfoques de Desequilíbrio na Teoria Económica. (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). UFRGS, 1990.

Cagan, Phillip - The monetary Dynamics of Hyperinflation (in studies in the Quantity Theory of Money, editado por Milton Friedman, The University of Chicago Press, Chicago, 1956).

Muth, John F - Rational Expectations and the theory of Price (Econometrica, Vol. 29, N.3, julho 1961).

Dornbusch, Rudiger e Fischer, Stanley - Macroeconomics (4a edição, McGraw-Hill, 1987).

Mishkin, Frederic. "Inflation targeting in emerging market countries"; National Bureau of Economic Research (NBER), Mar, 2000 [Working Paper 7618].

Leiderman, Leonardo e Svensson, Lars, eds. *Inflation Targets*. Centre for Economic Policy Research-CEPR, 1995.

Giambiagi, Fabio e Carvalho, J. C "Inflação: sugestões para um regime permanente". Textos para a discussão, nº 86, Rio de Janeiro, 2001.

Eichengreen, Barry. *Globalizing Capital – A History of the International Monetary System*. Princeton University Press, 1996.